



Relato de Experiência

Prática docente do sociólogo na educação básica: simulação de parlamento

Teaching practice of the sociologist in basic education: parliamentary simulation

Manoel Moreira de Sousa Neto^{*1}, Márcio Kleber Morais Pessoa^{**2}

*Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba-PR, Brasil

**Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza-CE, Brasil

Resumo

Este texto tem por objetivo apresentar uma experiência desenvolvida durante as aulas de sociologia no ensino médio pelos autores: a simulação de parlamento. A atividade foi realizada em duas escolas de ensino médio da rede estadual do Ceará, ambas localizadas em bairros periféricos da capital do estado, Fortaleza. As experiências nas escolas ocorreram nos anos letivos 2013, 2014 e 2015. O método dialógico freireano foi utilizado como referência para as atividades em sala de aula. Com esse experimento pôde-se constatar significativas diferenças entre as atividades realizadas nas duas escolas analisadas, devido, principalmente, à cultura escolar de cada estabelecimento. Ademais, a atividade passou por modificações entre e até durante as aplicações, a fim de que ocorressem adaptações favoráveis ao desenvolvimento da ação e também ao aprendizado dos alunos e das alunas.

Abstract

This text aims to present an experience in sociology classes in the high school of the authors: the parliamentary simulation. The activity was carried out in two high schools of the state network of Ceará, both located in peripheral neighborhoods of the state capital, Fortaleza. The experiences in schools occurred in the 2013, 2014 and 2015 school years. The Freirean dialogic method was used as a reference for classroom activities. With this experiment it was possible to verify significant differences between the activities carried out in the two schools analyzed, mainly due to the school culture of each school. In addition, the activity underwent modifications between and even during the applications, in order to allow favorable adaptations to the development of the action and also to the learning of the students.

¹ Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2548-1966>

E-mail: manoelneto81@hotmail.com

² Doutorando em Sociologia na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1371-5481>

E-mail: mkpceara@hotmail.com

Agência financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes).

Palavras-chave: Prática docente, Sociologia no ensino médio, Simulação de parlamento, Escola pública.

Keywords: Teaching practice, Sociology in high school, Parliamentary simulation, Public school.

Introdução

Este texto tem por objetivo apresentar uma experiência nas aulas de sociologia na Educação Básica desenvolvida pelos autores: a simulação de parlamento. A atividade foi realizada em duas escolas de ensino médio da rede estadual do Ceará, ambas localizadas em bairros periféricos da capital do estado, Fortaleza, no período de 2013 a 2015.

Uma das escolas, localizada na periferia, é considerada modelo pelo governo do estado. A unidade escolar ganhou notoriedade devido à baixa taxa de evasão escolar e por alcançar bons resultados no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)³. A preocupação da escola em manter bons índices nesse exame aliada a um aumento significativo de questões com conteúdo sociológico⁴, foi uma das justificativas para o aumento da carga horária da disciplina. A partir de 2015 a escola passou a contar com duas horas-aula de Sociologia no 2º ano. A outra escola, também localizada na periferia da capital, possui perfil bastante distinto da primeira. Inicialmente, destaca-se que é uma escola com ensinamentos fundamental e médio. Além disso, não possui os resultados satisfatórios daquela em relação ao ENEM. Esta escola contava com apenas uma hora-aula da disciplina. Abordaremos com maior profundidade as diferenças entre as duas escolas em um tópico deste trabalho voltado para a relação entre cultura escolar e o currículo de Sociologia na educação básica.

Com a realização dessa atividade, os docentes tiveram a intenção de efetivar aproximação entre teoria e prática, visto que as Casas Legislativas, apesar de comumente se autoneomarem de “Casa do Povo”, estão muito distantes do cotidiano da maioria dos brasileiros, ainda mais daqueles com situação socioeconômica vulnerável, que em geral é onde se encaixa o aluno da escola pública.

O detalhamento aprofundado da atividade será apresentado nos tópicos seguintes. Todavia, destaca-se inicialmente uma visão geral da mesma: trata-se de uma atividade coletiva, realizada em turmas da 2ª série do ensino médio das escolas, mas sem contato entre as turmas, durante a realização. Em grupos, os alunos devem realizar pesquisas e estudos sobre um determinado tema, além de se prepararem para uma apresentação oral diante de toda a turma.

³ Em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (IPECE), é possível encontrar uma lista com as 50 melhores escolas públicas cearenses a participarem do ENEM entre os anos de 2009 a 2011, lista que inclui a primeira escola citada neste artigo. A pesquisa está disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/Ipece_Informe_54_26_fevereiro_2013.pdf. Acesso em: 21 maio 2019.

⁴ Sobre o aumento de questões com teor sociológico no ENEM durante o período, consultar o trabalho de Lima (2018).

Com base na experiência aqui descrita, é recomendável que a atividade de simulação de parlamento seja a última etapa das aulas sobre Estado e política no ensino médio, ou seja, a culminância dessa fase. A atividade propõe mobilizar, principalmente, assuntos relativos a: Estado moderno, sistema tributário, Estado Mínimo e Estado Forte (relação liberdade-igualdade), sistemas de governo (democracia), e esquerda e direita políticas.

O debate amplo com os alunos é passo fundamental para a construção do conhecimento acerca dos temas indicados - um método dialógico (FREIRE, 2014) é sempre uma porta de entrada para a produção de conhecimento em ciências sociais. Diferentemente do simples “narrar” ou “dissertar” sobre conteúdos – que estabelece uma relação sujeito-objeto, raiz da concepção “bancária” de educação -, a construção do conhecimento nas ciências sociais requer do professor o diálogo com seus alunos como ferramenta didática. Freire destaca ainda que a pedagogia do oprimido deve fazer “da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos”, o que lhes garantirá meios para lutar por liberdade.

Por fim, ressalta-se que a atividade ora apresentada é original, de criação dos autores. Todavia, teve como inspiração atividade de júri simulado, comumente realizada em escolas médias e cursos de ensino superior da área jurídica.

Cultura escolar e Sociologia na Educação Básica

Antes de apresentarmos nossa prática pedagógica de simulação de parlamento, se faz necessária uma breve discussão acerca do currículo de Sociologia na educação básica e a forma diferenciada como este foi elaborado nas duas escolas em que realizamos esta experiência. Partimos do princípio de que cada instituição fomenta as suas condições específicas para a produção dos conhecimentos escolares. Nesse sentido, o currículo é uma ferramenta fundamental para a normatização das disciplinas escolares, mas é também o instrumento utilizado pelos professores para a exposição de seus conhecimentos. Portanto, cada escola se apresenta como um palco de disputas sobre o ideal de escola, enquanto instituição responsável pela transmissão de conhecimentos e valores aos estudantes, o que transforma a produção e operacionalização do currículo em território de disputa (ARROYO, 2011, p. 13).

Esta premissa se faz ainda mais necessária para analisarmos a disciplina escolar de Sociologia que, na época em que a pesquisa foi realizada, não contava com um currículo nacional. Isso não quer dizer que não existissem referências para orientar a construção de um plano de curso para a disciplina nessas escolas. Meucci e Bezerra (2014) nos apresentam a hipótese de que a presença da Sociologia no ENEM, assim como a distribuição de livros didáticos para a disciplina via Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) podem se configurar como exemplos de centralizadores curriculares. Somam-se a esses elementos, documentos oficiais de apoio didático produzidos pelos governos federal e estadual, a saber: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998), os Parâmetros Curriculares Nacionais+ (PCN+) (BRASIL, 2002), as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM) (BRASIL, 2006) e, por fim, as matrizes curriculares do estado do Ceará condensados na coleção Escola Aprendente (CEARÁ, 2009).

A atividade que aqui apresentamos acaba por ilustrar esse fenômeno, pois foi com base nos documentos citados que os professores autores deste trabalho construíram planos curriculares para a disciplina em suas escolas. Neles, a temática do Estado foi apresentada para alunos do segundo ano do ensino médio. No entanto, é preciso ressaltar que a presença de uma orientação curricular estadual não garante a efetivação do tema em sala de aula, como nos alerta Oliveira (2013, p. 362):

Todavia, indicar que as diretrizes estaduais parecem apontar para um mapa comum não implica em dizer que este se efetive nas salas de aula, uma vez que os diversos sentidos que as categorias e teorias sociológicas assumem são trabalhados considerando dentre outros fatores a formação docente e as condições de trabalho postas, há um elemento fortemente contingencial que está implicado nesta prática pedagógica.

Visto dessa forma, o currículo de Sociologia é analisado, tanto como expressão formal e material do projeto de escola que deve apresentar sob determinado formato seus conteúdos, suas orientações e suas sequências para abordá-lo etc., como um campo prático, que assume diversas possibilidades de análise, a saber: em relação aos processos instrutivos e à realidade da prática a partir de uma perspectiva que lhes dota de conteúdo; como território de interseção de práticas diversas que não se referem apenas aos processos de tipo pedagógico, interações e comunicações educativas; como forma de sustentar o discurso sobre a interação entre a teoria e a prática em educação (SACRISTÁN, 2000, p. 14-5).

Dessa forma, é importante analisar tais especificidades sob a orientação de um fenômeno social singular. Como será possível observar nos tópicos seguintes, os professores se depararam com uma série de problemas que estavam alheios à simples coincidência de abordarem a temática na mesma série do ensino médio. Por exemplo, a forma como as escolas readequaram seu calendário após uma greve e o fato de se optar por ampliar a carga horária da disciplina afetaram diretamente a aplicação da simulação de parlamento.

Ao analisar a operacionalização da disciplina em cada escola, partimos da constatação de que o currículo reproduz os anseios propostos para a disciplina em conjunto aos objetivos propostos pelas unidades escolares. Ou seja, apresentamos aqui uma prática pedagógica da disciplina de Sociologia conectada a uma determinada cultura escolar. Segundo Julia (2001, p. 10), cultura escolar pode ser entendida como

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

É nessa chave de compreensão que apresentamos as particularidades de operacionalização da disciplina na escola durante este período. Nesse contexto, o

planejamento para a aplicação da simulação de parlamento seria diferenciado nos dois períodos. Com a ampliação da carga horária, as turmas do turno da tarde continuaram com a atividade sendo realizada apenas em duas semanas, com as quatro aulas destacadas para as seguintes etapas da avaliação: na primeira aula, a formação dos “partidos” e a organização das ideias; na segunda aula, a construção de um relatório escrito a ser entregue para o professor na semana seguinte; na terceira aula, o professor analisa e debate os relatórios em conjunto com os alunos como forma de preparação para o debate, que ocorre na quarta e última aula.

Proposta de Projeto de Lei fictício

A seguir, será descrita a proposta de simulação de parlamento como atividade de avaliação de conhecimento. Nessa atividade, os alunos interpretarão papéis de parlamentares; mais especificamente, de deputados estaduais. Será usado como exemplo o caso da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (AL-CE). A ideia central é que os alunos discutam a possível aprovação de um Projeto de Lei (PL) polêmico, que envolva várias questões sobre temas debatidos anteriormente em sala de aula. O modelo que será exposto foi trabalhado pelos autores em suas respectivas escolas nos anos de 2013, 2014 e 2015.

SIMULAÇÃO DE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DISCIPLINA: SOCIOLOGIA – PROFESSOR/A: _____

PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO*

Dispõe sobre a cobrança de mensalidade simbólica aos alunos da rede estadual de educação básica do Ceará.

Artigo 1º - A partir do ano letivo de [incluir ano posterior ao que está em curso], cada aluno matriculado em escola da rede estadual de ensino do Ceará deverá pagar uma mensalidade simbólica no valor de [por exemplo] R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Parágrafo Primeiro - Esse valor deve ser reajustado anualmente de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). [recomenda-se que não sejam realizadas abreviações, assim como não se deve usar símbolos como o referente a parágrafo, visto que provavelmente muitos alunos não estão familiarizados à leitura deste tipo de documento]

Parágrafo Segundo - Essa cobrança, por ser simbólica, não contraria a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 206, IV. Assim, preserva-se a gratuidade da educação pública.

Artigo 2º - O valor cobrado representará uma economia para os cofres públicos estaduais na ordem de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) por ano. [fez-se um cálculo simples multiplicando-se o valor da “mensalidade simbólica” pelo número de matrículas na rede estadual, no ano de 2013. Para a execução da

atividade, o valor destacado não necessita de precisão, logo, recomenda-se, em último caso, atribuir um valor alto que pareça significativo aos alunos]

Parágrafo Único - Com a economia desse valor o Estado deverá reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o que deverá reduzir os preços de produtos como: carro, moto, celular, fogão, geladeira, televisão etc.

Artigo 3º - Com a economia que a população vai ter na compra de produtos industrializados poderá pagar a mensalidade simbólica proposta.

Parágrafo Único - O cidadão tem o direito de matricular seu filho ou filha na escola pública, desde que pague a mensalidade simbólica. Caso tenha interesse, tem a liberdade de matricular a criança ou adolescente em um estabelecimento de ensino privado.

[Local] , [data] .

Governador do Estado do Ceará

* ATENÇÃO: ESTE É UM PROJETO DE LEI FICTÍCIO. TRATA-SE DE ALGO CRIADO PARA ESTIMULAR O DEBATE SOBRE CONTEÚDOS DE ESTADO E POLÍTICA NAS AULAS DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO. [Como esse Projeto de Lei fictício será distribuído aos alunos ou fixado em local de fácil visualização, recomenda-se que essa observação esteja presente e destacada, visto que pode levar algum sujeito a confundir com um documento verdadeiro]

Como se pode perceber, trata-se de um documento simples, ao mesmo tempo que abre caminho para múltiplas interpretações, o que possibilita a realização de discussões acerca de seu conteúdo. O Projeto de Lei deve servir como um estímulo aos alunos na busca por informações que contribuam para o debate. Não à toa, há nele dados como o INPC, o IPI, a citação de artigo da atual Constituição Federal, a presença de valores pecuniários que podem ser utilizados como referências na discussão etc. Ademais, o texto guarda ideias relacionadas aos conhecimentos sociológicos anteriormente discutidos, a saber: Estado Mínimo e Estado Forte (o cerne da discussão entre liberdade e igualdade), Esquerda e Direita, teorias econômicas etc. Sabendo disso, serão propostos a seguir metodologia e critérios de avaliação da simulação de parlamento.

Metodologia

Para realizar uma atividade como essa na aula de Sociologia, a professora ou o professor deve estar ciente de que, em geral, a disciplina conta com apenas uma hora por semana⁵. Dessa forma, deve ser avaliada a viabilidade de realizar toda

⁵ A carga horária da disciplina de Sociologia varia por estado. Há unidades da federação com maior carga horária. No estado do Ceará, a obrigatoriedade é de 1 hora semanal, apesar de haver estabelecimentos isolados que contam com 2 horas semanais.

a atividade em uma única aula, ou, ao contrário, dividi-la em duas ou mais aulas. Os autores decidiram realizar, a priori⁶, toda a atividade em apenas uma aula. Dessa forma, considerando que a aula tem 50 minutos e que uma turma de ensino médio no Ceará conta em média com 40 alunos, não existe a possibilidade de todos os alunos participarem da discussão.

Ao realizarmos o experimento, adotamos os seguintes procedimentos: a turma foi dividida em grupos que representavam “partidos políticos”. Optamos por não permitir que os grupos se nomeassem com as siglas partidárias existentes no Brasil. Cada grupo precisou criar partidos políticos fictícios. Acompanhamos a criação das siglas a fim de evitar exageros e polêmicas que contribuíssem para um clima de mal-estar na sala de aula. Havia a recomendação explícita de se evitar termos polêmicos ou ofensivos. Visávamos estimular os discentes a debaterem como se de fato participassem de um movimento fundacional de uma agremiação política⁷.

A divisão da turma em partidos e a escolha das siglas obedecia à lógica de “partidos aliados” e de “partidos opositores” ao governo estadual, proponente fictício do projeto de lei em debate. A intenção era fazer com que os grupos defendessem ou refutassem o projeto, a depender de sua situação em relação ao “governo”. Obviamente, esses posicionamentos fixos não se encaixam na realidade, visto que os partidos políticos podem transitar entre situação e oposição, a depender de vários fatores. Ademais, não é raro que alguns políticos desrespeitem a orientação de seus partidos e votem de forma divergente em relação às suas agremiações políticas em alguns projetos.

Nosso objetivo pedagógico, baseado no método dialógico freireano, era estimular a pesquisa e a argumentação, pois, sabendo previamente que defenderiam ou refutariam o projeto, os alunos poderiam formular com mais embasamento os argumentos que utilizariam durante o debate, pois teriam tempo suficiente para realizar pesquisas, estudos e discussões entre si. Assim, como destaca Freire (2014, p.80-1), eliminamos a noção de que o educador é sempre o que sabe e que comunica, e que os educandos são sempre os que não sabem e que são depósitos dos comunicados, conforme é entendida a concepção “bancária” de educação. Assim, os educandos “em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também” (FREIRE, 2014, p. 97).

A categoria “presidencialismo de coalizão” foi cunhada originalmente para discutir a governabilidade dos governos federais, mas posteriormente se estendeu aos poderes executivos estaduais e municipais. Nesse tipo de configuração política, os partidos de oposição geralmente são minoritários⁸. Não obstante, em nossos experimentos fizemos uma divisão mais equitativa entre os “partidos” de oposição e

⁶ Os autores, no decorrer dos anos, implementaram algumas mudanças na metodologia, a fim de melhor adequar a simulação de parlamento às especificidades da disciplina em cada escola.

⁷ Obviamente, fica livre ao professor que deseje replicar esse experimento recomendar a utilização das siglas partidárias já existentes para nomear os grupos, ou criar junto com os alunos novas siglas que tenham relação com a discussão

⁸ Entre 2010 e 2014, no estado do Ceará, por exemplo, havia um pequeno grupo de cinco deputados estaduais, entre 46, que realizava oposição ao governo. (HEITOR..., 2014)

aliados, a fim de garantir maior equilíbrio quantitativo entre os grupos, potencializando a discussão em sala de aula.

Além das recomendações mencionadas, também esclarecemos e orientamos os grupos da seguinte forma:

Como ocorrerá a Simulação?

Apenas dois membros de cada grupo poderão falar, tendo 3 minutos cada um. Entretanto, um “deputado” será escolhido pelo seu próprio “partido”, enquanto o outro “deputado” será escolhido por um dos “partidos” rivais. Assim, todos no grupo devem estudar e estar bem preparados, pois qualquer um poderá ser escolhido para falar. A nota não será individual; cada grupo receberá uma única nota, ou seja, todos do grupo terão a mesma nota. Dessa forma, é importante que cada “partido” estude coletivamente para garantir que todos estejam preparados para discursar, caso necessário. Sugerimos que assistam ao filme “Lincoln” (LINCOLN, 2012) e busquem perceber como os deputados (Poder Legislativo) discursam e tentam convencer uns aos outros de que suas ideias são as melhores e por isso devem ser aprovadas. Percebam também a atuação do presidente (Poder Executivo) apenas nos bastidores, não podendo impor sua vontade e criar a lei que deseja, visto que, em tese, essa é uma obrigação do Legislativo.

Sabendo dessas informações, os alunos foram desafiados a realizar estudos coletivos, dentro de uma lógica cooperativa.

Critérios de avaliação

Os alunos necessitam saber previamente quais critérios de sua apresentação serão avaliados, a fim de se prepararem, além de ser um direito do aluno ter acesso a esse tipo de informação. Entende-se que cada docente deve considerar a realidade da turma, além das exigências do estabelecimento escolar. Todavia, expõe-se dois critérios que na visão dos autores devem ser fixos, além de breve orientação:

Veja com atenção os critérios de avaliação da Simulação de Assembleia Legislativa. Converse com os membros do seu “partido”, a fim de que todos cumpram os critérios, assim, sua equipe terá mais chances de ter uma nota considerada boa.

CRITÉRIO 1: CONTEÚDO – De 0 a 7 pontos.

- Os membros da equipe deverão dominar os conteúdos ligados à temática Estado e política, o que deverá pautar suas falas na defesa ou refutação do Projeto de Lei, isto é, os argumentos apresentados devem ter relação com as discussões ocorridas em sala de aula durante o ano letivo.

CRITÉRIO 2: COMPORTAMENTO/ ORGANIZAÇÃO – De 0 a 3 pontos.

- Durante a atividade, o comportamento do grupo será avaliado. Com isso, brincadeiras ou conversas que atrapalhem o andamento da simulação serão consideradas para descontar nota à equipe. Além disso, a organização também será considerada para a atribuição da nota.

Considerando que a nota de aprovação nas escolas, em geral, não é superior a sete, decidimos que o critério “conteúdo” pontuaria entre zero e sete, a fim de que o grupo que demonstrasse a boa compreensão do conteúdo teria a possibilidade de atingir a nota de aprovação sem depender de outros critérios. Já o segundo critério exposto pode parecer um tanto polêmico, mas não se pode desconsiderar que o público jovem dos dias atuais e as formas que a escola básica vem adquirindo contribuem para um ambiente menos ordeiro – o que pode ter conotações positivas ou negativas, a depender da perspectiva analisada. Isso foi exposto por Dubet, na importante análise de sua própria experiência como professor da educação básica. Segundo o sociólogo francês,

(...) é preciso ocupar constantemente os alunos. Não são alunos capazes de fingir que estão ouvindo, sonhando com outra coisa e não fazer barulho. Se você não os ocupa com alguma coisa, eles falam. É extremamente cansativo dar a aula já que é necessário a toda hora dar tarefas, seduzir, ameaçar, falar (DUBET, 1997, p. 223).

Dessa forma, não se pode desconsiderar os percalços vividos pelo professor em sua realidade na escola. Nesse sentido, a experiência aqui relatada contou com o critério de avaliação destacado, sendo considerado importante pelos autores para o sucesso da empresa.

Realizando a atividade: dificuldades e potencialidades

A realização da atividade contou com o docente de sociologia como presidente da “Casa Legislativa”, coordenando os trabalhos: marcando tempo de falas, autorizando ou desautorizando falas etc. Dessa forma, o professor coordenava o andamento da atividade assumindo um papel de personagem fictício, assim como os alunos e as alunas.

Na Escola de Ensino Fundamental e Médio (EEFM) Florestan Fernandes⁹, a realização da atividade contou com dificuldades devido ao calendário escolar 2013, visto que devido a uma greve docente ocorrida em 2011 o calendário ainda estava desregulado. Assim, o ano letivo 2013 foi finalizado em janeiro de 2014. Com isso, a

⁹ A fim de preservar os sujeitos escolares de ambas as instituições educacionais, serão utilizados neste texto nomes fictícios para as escolas. Aproveitou-se para homenagear dois dos maiores cientistas sociais brasileiros, indivíduos que têm em seus currículos a luta pela educação pública gratuita, universal e de qualidade.

única data possível para a realização da atividade era o dia 02 de janeiro, após um recesso escolar de cerca de dez dias para as festas de final de ano. A simulação ocorreu em turmas do 2º ano dos turnos manhã e tarde.

Sabendo disso, alguns alunos sequer compareceram à aula no primeiro dia útil do ano. Ademais, visivelmente, muitos alunos não se prepararam para a atividade. Isso ficou claro para o docente quando um aluno escolhido pelo “partido” adversário se recusou a falar sobre o projeto de lei, teoricamente prejudicando todo o seu grupo. Por outro lado, o professor também pôde perceber potencialidades porque alguns alunos se prepararam muito bem e conseguiram defender ou refutar o projeto com bastante destreza, principalmente aqueles que foram escolhidos pelo seu próprio grupo. Alguns alunos destacaram de forma satisfatória a relação entre liberdade e igualdade. Outros ainda citaram a relação esquerda-direita, defendendo a posição ideológica de seu “partido”. Um ponto considerado insatisfatório pelo docente foi o fato de que nenhum aluno mencionou a Constituição Federal de 1988, apesar de ser citada no PL.

O caso do aluno que se recusou a falar fez com que o docente reconsiderasse alguns termos da avaliação, a fim de evitar que todos daquele grupo ficassem com notas insatisfatórias. Isso ocorreu porque o professor teve a compreensão de que o recesso escolar contribuiu para a desorganização das equipes. Assim, o grupo teve uma nota pelo que apresentou, enquanto o aluno que não participou ficou com nota reduzida, podendo recuperar essa situação na recuperação paralela¹⁰.

No geral, apesar das dificuldades – principalmente em relação ao calendário escolar impressado –, o docente teve o entendimento de que os alunos compreenderam razoavelmente a lógica do funcionamento de uma Casa Legislativa, além da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo e de outros temas que fizeram parte do drama. De qualquer forma, apesar dos pontos negativos, a primeira realização dessa atividade abriu caminho para que novas experiências fossem feitas, assim como adaptações e melhoramentos, conforme será apresentado a seguir.

Na EEM Antônio Cândido, o professor aplicou a simulação de parlamento durante dois anos letivos (2014¹¹ e 2015¹²), sempre em turmas do 2º ano do ensino médio. O planejamento para essas turmas previa aplicação da atividade como parte da avaliação parcial do terceiro bimestre, sendo reservada às duas últimas semanas do referido período escolar. Quanto a isso, cabe ressaltar que esses períodos ocorreram nos meses de novembro de 2014 e outubro de 2015 e, portanto, o professor não teve problema com relação à presença dos alunos em sala, como ocorreu na Escola Florestan Fernandes.

No entanto, outras dificuldades acabaram afetando a primeira aplicação na Escola Antônio Cândido. Em 2014, na turma do turno tarde, vários grupos foram

¹⁰ A escola contava com essa modalidade de recuperação, que ocorria ao final de cada bimestre. Assim, o aluno que ficasse com nota insatisfatória em uma disciplina tinha uma oportunidade de recuperar sua nota, por meio de nova avaliação realizada pelo docente daquela disciplina.

¹¹ Uma turma no turno tarde e três no turno noite.

¹² Quatro turmas no turno tarde e três no turno noite.

criados, a partir da iniciativa dos próprios estudantes, no intuito de formar os partidos que seriam favoráveis ou contrários ao PL fictício. Até esse momento, tudo corria como o planejado e os alunos demonstravam um bom entendimento dos sentidos e dos objetivos da avaliação, apesar da reclamação feita pelos grupos que, no sorteio, acabaram ficando com a tarefa de defender a cobrança de mensalidades nas escolas públicas. Após a composição das equipes, o pátio da escola foi utilizado para que os “partidos” traçassem as estratégias para que seus discursos fossem bem-sucedidos. Este foi também o momento para eventuais dúvidas a serem dirimidas pelo docente. Em suma, na primeira semana de aplicação da prática pedagógica, tudo ocorreu conforme o planejado.

Na semana seguinte, momento de organizar o debate, o resultado não foi o mesmo. Em linhas gerais, os discursos dos líderes de cada grupo foram rasos, pouco embasados nas tentativas de defender ou de refutar o PL. Poucos foram os casos em que os discentes recorreram, em suas argumentações, aos conteúdos discutidos em sala de aula. Para dificultar ainda mais a situação, os alunos aproveitaram para externar rivalidades e conflitos entre eles, o que tornou o debate ríspido e desrespeitoso, em alguns momentos.

Nas turmas da noite, em que o número de alunos era menor, foram formadas apenas duas equipes e, nesse aspecto, o debate ocorreu de forma mais satisfatória. Porém, o professor identificou a mesma dificuldade nos alunos em construir uma base de argumentação ligada aos conceitos e às teorias trabalhadas em sala de aula.

Ao término da avaliação, o docente entendeu que os alunos compreenderam bem a forma de organização de uma Casa legislativa, além das dificuldades em se aprovar certos projetos, em especial aqueles que tratam da cobrança em serviços públicos, como o exemplo sugerido para a atividade.

No entanto, a avaliação foi pouco exitosa devido a alguns cuidados que durante a execução da prática pedagógica não foram bem conduzidas pelo professor nos seguintes aspectos: 1) faltou observar melhor as tensões entre os grupos pré-estabelecidos em cada sala. A manutenção desses grupos dentro dos “partidos” acabou prejudicando o bom andamento do debate na turma da tarde; 2) o espaço entre a formação dos “partidos” e o debate deve ser melhor acompanhado pelo professor. As ideias e as estratégias discursivas que o professor pode orientar durante a organização dos grupos não se repercutiu durante o debate, as ideias em parte se perderam no decorrer de uma semana. Isso pressupõe que os grupos não realizaram estudos extraclasse, o que acabou se tornando um problema para os alunos durante a organização dos discursos.

Para além disso, é preciso levar em consideração que as dificuldades para se aplicar uma avaliação dessa natureza para uma disciplina com apenas uma hora-aula por semana são bem maiores do que em disciplinas com carga horária ampliada. Devido a essa e a outras dificuldades encontradas pelos professores de Filosofia e de Sociologia da Escola Antônio Cândido, ao término do ano letivo de 2014, foi apresentado à direção da escola um projeto de ampliação da carga horária dessas disciplinas de uma para duas aulas semanais. Para não afetar a carga horária das outras disciplinas da escola, a direção optou por aumentar a carga horária nos turnos manhã e tarde para que fosse possível ampliar as aulas de

sociologia (1º e 2º anos) e de filosofia (3º ano), não sendo possível a utilização desse recurso no turno da noite, pois o número de aulas nesse período é reduzido.

Para o turno da noite, a modificação na aplicação foi mais impactante. Os grupos foram formados previamente no início do bimestre, a fim de se otimizar o tempo para o bom andamento da atividade. Aqui cabe ressaltar que nas turmas da tarde a simulação de parlamento é apenas parte da avaliação parcial das turmas e que para o turno da noite o professor decidiu por utilizar a construção da simulação de parlamento diluída por todo o bimestre, tornando-a a única avaliação parcial para as turmas do período noturno. Dessa maneira, o professor optou em reservar dez minutos de cada aula para explicar, orientar e encaminhar as etapas da atividade, que seria a culminância da avaliação, ocorrendo na penúltima semana de aula do bimestre.

Com relação aos resultados, os da segunda experiência foram mais satisfatórios do que os da primeira. Poucos foram os casos em que os alunos responsáveis pela participação no debate não tiveram uma atuação considerada satisfatória pelo docente. Pelo contrário, em algumas turmas foi preciso finalizar a avaliação na aula posterior, na medida em que o debate havia se estendido devido à boa condução de argumentos favoráveis e contrários à aprovação do PL fictício.

Alguns fatores contribuíram para esse desempenho diferenciado: o principal deles foi a exigência de um relatório escrito do posicionamento de cada “partido”. A partir desse contato prévio, o professor pôde orientar melhor cada equipe, inclusive indicando referências (livros, artigos, documentos, sites da internet etc.) para um melhor embasamento teórico de seus discursos de acordo com a linha de pensamento de cada grupo.

Além disso, na segunda aplicação, o professor aumentou o cuidado no momento de formação das equipes, estimulando uma formação mais aleatória, e não necessariamente por afinidades pessoais. Ademais, em parceria com os discentes, reforçou que, no caso de ofensas e desrespeito aos colegas, as penalidades seriam em escala coletiva, e não individual.

Por fim, um fato interessante: nos casos de maior destaque, a apresentação ficou a cargo de algum discente que também fazia parte das aulas de teatro oferecidas pelo grupo de professores e alunos pertencentes ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - Artes (PIBID – Artes, subprojeto do PIBID - Universidade Federal do Ceará), que mantinha parceria com a escola desde 2010. É interessante essa constatação devido ao que o docente identificou como relativa transversalidade dos conhecimentos, pois nem sempre o aluno que assumiu o papel de “líder do partido” possuía as melhores notas na disciplina de Sociologia. Isso indica que essas equipes tiveram uma preocupação em apresentar uma performance condizente a um parlamentar.

Considerações finais

À guisa de conclusão, os docentes esperam que os relatos aqui destacados possam contribuir para que outros profissionais realizem essa atividade em suas instituições, mesmo que de forma adaptada, visto que cada escola possui suas particularidades, sua cultura escolar, o que contribui para que cada atividade

realizada seja singular. Devido a isso, pode-se constatar significativas diferenças entre as atividades realizadas nas duas escolas aqui analisadas. Ademais, por ser uma experiência nova para os autores, a atividade visivelmente passou por modificações entre e até durante as aplicações. Um ponto relevante desses melhoramentos é a elaboração do relatório escrito que cada “partido” deve produzir. Isso contribuiu de forma relevante para o bom desempenho dos alunos e das alunas.

Os autores sugerem às pessoas que queiram replicar esta experiência as seguintes recomendações: que a turma seja dividida em grupos e que haja uma distribuição equilibrada entre grupos aliados e opositores ao projeto, a fim de garantir maior equilíbrio nas discussões; que o/a docente reproduza o filme (ou alguns trechos do filme) “Lincoln” (LINCOLN, 2012) para os alunos, acompanhado de discussão, visto que o filme retrata de forma interessante a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo, além da atuação dos parlamentares, que chegam a ser uma tipificação ideal de parlamentar devido a alguns exageros (WEBER, 1993); que o/a docente de Sociologia assuma o papel de presidente da Casa Legislativa, a fim de coordenar a atividade; que seja feito um trabalho de preparação prévio e aprofundado com os alunos, inclusive cobrando a elaboração de um relatório escrito de cada grupo, com o objetivo de potencializar discussões satisfatórias e embasadas na teoria estudada.

Por fim, destacam que a atividade apresentada neste relato de experiência potencializa as possibilidades de a disciplina de sociologia fomentar, em âmbito escolar, um rol de métodos avaliativos capazes de mensurar não só o aprendizado cognitivo dos jovens educandos, mas também a formação crítica desses indivíduos, por meio de um método dialógico de educação.

Isso fica mais nítido quando são analisados os resultados das produções dos alunos e das alunas: pesquisas, estudos e discussões em grupo sobre a temática a ser defendida ou refutada; elaboração de estratégias discursivas e argumentativas, a fim de convencer seus colegas de seu posicionamento frente ao projeto; performances de característica teatral, também com o objetivo de convencimento. Todos esses resultados indicam que os educandos e as educandas desenvolveram autonomia em suas produções, não se restringindo a reproduzirem conteúdos lecionados pelos docentes.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio**. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais + (PCN+): Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Orientações curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília, DF, 2006.

CEARÁ. Secretária da Educação. **Metodologias de apoio**: matrizes curriculares para o ensino médio. Fortaleza: SEDUC, 2009.v.1. Coleção escola aprendente.

DUBET, François. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. Entrevistadoras: Angelina Teixeira Peralva e Marília Pontes Sposito. In: **Revista Brasileira de Educação**, Maio/Jun/Jul/Ago 1997 Nº 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 Nº 6.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 56 ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HEITOR vai liderar “bloquinho” de oposição a Cid na Assembleia. **O Povo Online**. Fortaleza, 20 mar. 2014. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/politica/2014/03/20/noticiaspoliticas,3223404/heitor-vai-liderar-bloquinho-de-oposicao-a-cid-na-assembleia.shtml> Acesso em: 01 ago. 2018.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista brasileira de história da Educação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LIMA, Alexandre Jeronimo Correia. **Uma sociologia da experiência de ensino de sociologia**: reflexões, práticas e histórias de vida. 2018. 308fl. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

LINCOLN. Direção: Steven Spielberg. Produção: Steven Spielberg e Kathleen Kennedy. Estados Unidos, 2012.

MEUCCI, Simone; BEZERRA, Rafael Ginane. Sociologia e educação básica: hipóteses sobre a dinâmica de produção de currículo. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 87-101, 2014.

OLIVEIRA, Amurabi. O currículo de Sociologia na escola: um campo em construção (e disputa). **Espaço do currículo**, v.6, n.2, p.355-366, mai./ago. 2013.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**, parte 1. 2. ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

Enviado em: 25/outubro/2018 | Aprovado em: 30/julho/2019 | *Ahead of print* em: 24/outubro/2019